

A FORMAÇÃO E O TRABALHO DAS MULHERES: ANÁLISES A PARTIR DE ESTUDOS DE CASO NO BRASIL

FORMATION AND WORKING WOMEN: ANALYSIS FROM CASE STUDIES IN BRAZIL

Ana Elizabeth Santos Alves¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Rua Joaquim Hortélio, 235
45020320 Bairro Recreio. Vitória da Conquista, Bahia (Brasil)
ana_alves183@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a formação das mulheres no trabalho em unidades de produção tradicional rural e unidades de produção moderna (indústrias), por meio de estudos de caso, ao tempo em que realizamos reflexões a respeito da divisão sexual do trabalho. Para tanto, nos apoiamos em pesquisas bibliográficas e de campo em fábricas de queijos na Mesorregião Centro-Sul Baiano do Brasil. O feito de queijos ilustra de modo bem característico a divisão sexual do trabalho. Quando a atividade é desenvolvida em espaços onde é possível observar a imbricação entre as funções familiares e o trabalho produtivo, como acontece nas unidades rurais, é visível a presença das mulheres e essencial o seu trabalho econômico. Entretanto, quando a atividade acontece nas indústrias (unidades modernas) o processo de produção é masculinizado.

Palavras-chave: Formação; divisão sexual do trabalho; unidade de produção tradicional rural e unidade de produção moderna.

ABSTRACT

This article aims to analyze the formation of women at work in traditional rural production units and modern, through case studies, by the time we do reflections on the sexual division of labor. For this, we rely on literature searches and field in cheese factories in south-central region of Bahia in Brazil. The shape of cheese so well illustrates the characteristic sexual division of labor. When the activity is developed in places where you can observe the overlap between family roles and productive work, such as in rural units, is the visible presence of women and essential to its economic work. However, when the activity happens in industries units (modern) production process is masculine.

Keywords: Formation; sexual division of labor, traditional rural production units and production units modern.

Recibido: 28/III/2011. Aceptado: XI/2011

¹ Doutora em educação. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Este texto é parte de uma pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp.

A formação, no sentido filosófico e pedagógico, constitui-se em processo de educação ou de civilização, compreendido, por um lado, como educação, e, por outro, como sistema de valores simbólicos. (Abbagnano, 1962)². O termo formação origina-se da palavra forma (**formação**), que significa “a causa ou razão de ser da coisa, razão pela qual uma coisa é o que ela é; é o ato ou a atualidade da coisa mesma, isto é, o começo e o fim do seu devir”. (idem, p.446). Ou seja, é o ato de mudar as coisas, o movimento de transformar uma coisa em outra, dar forma a objetos por meio da ação, do trabalho, brotada pelo instinto consciente de sobrevivência de homens e mulheres no desenvolvimento das relações sociais. O ato (a ação) de trabalhar forma os seres humanos no momento em que as mãos agem sobre o objeto. (Manacorda, 2007).

A formação e o trabalho são elementos fundamentais na articulação do indivíduo na sociedade. Na necessidade de homens e mulheres produzirem coletivamente a sua existência, está o trabalho e, nesse processo, acontece a formação no interior das condições gerais de produção. (Saviani, 2007). O trabalho está ligado às necessidades humanas e às condições materiais e políticas de cada momento histórico. A formação das pessoas acompanha esse processo desde a sua compreensão como uma das maneiras com que as pessoas socializam um saber coletivo, passado através das gerações, guardado pela memória, que mantém o passado em permanente reconstrução, gestado no dia a dia do trabalho de homens e de mulheres, em sua atividade prática.

Os processos formativos (no trabalho) são modos de crescimento de homens e mulheres como indivíduos, pela síntese das relações existentes, produzidas e reproduzidas ao longo da história por diferentes sociedades. Nessas relações, os indivíduos transformam-se a si mesmos e, ao mesmo tempo, mudam o ambiente do qual fazem parte. A vida humana é permeada por relações ativas e conscientes de modo orgânico entre os indivíduos; a luta do ser humano com a natureza, por meio do trabalho, permeada por exigências de sobrevivência e atividades de criação, conduz sempre a novas exigências. A formação (educação no sentido estrito e amplo) é parte inerente desses processos.

Ao mesmo tempo em que a formação (os processos formativos) assume um papel de libertador do homem, é também a sua alienação que produz a desumanização no trabalho, principalmente com a divisão do trabalho industrial, quando o trabalhador reconhece o objeto de seu trabalho (os resultados do seu trabalho) como algo independente, estranho. O trabalho alienado constitui-se uma forma “estranhada” ao trabalhador sob a determinação do capital, uma vez que produz e reproduz não apenas mercadoria; produz-se e reproduz-se a si mesmo como trabalhador socialmente determinado e alienado. (Marx, 1985; Heydorn, 1968). O acesso a experiências formativas de mulheres e homens no trabalho passa pelas hierarquias de classe e gênero.

A formação das mulheres no trabalho pode ser compreendida por meio das relações entre os sexos. A divisão sexual do trabalho, mediada por situações historicamente dadas entre pessoas de sexo oposto, fundamenta-se na ideia da relação antagônica entre homens e mulheres e na dimensão opressão e dominação, acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações

² O professor Dermeval Saviani (2009), em palestra, refletindo sobre a natureza e a especificidade da educação, lembrou a sua acepção relacionada a trabalho, e, ao dizer isso, nos ensinou a pensar no vocábulo “formação” do ponto de vista etimológico.

sexuadas de poder. (Sullerot, 1970; Hirata, 2002). Uma das suas principais características está na destinação primeira, que é situar os homens no campo produtivo, e as mulheres, no campo reprodutivo, associando aos primeiros as funções com forte valor social, como na esfera política, religiosa e militar. Além disso, baseia-se em dois pressupostos organizadores, o da “separação”, que distingue trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o da “hierarquização”, que indica ser maior o valor do trabalho de homens. (Kergoat, 2009, p. 67).

Do ponto de vista histórico, podemos observar a partir de análises de processos discursivos dominantes a fundamentação da divisão sexual do trabalho, veiculada no século XIX, que ainda repercute atualmente. Os argumentos partem, segundo Scott (1991), das explicações em torno da transferência do trabalho produtivo do lar para a fábrica durante o processo de industrialização, entre maternidade e salário, entre feminilidade e produtividade. A mudança da produção do ambiente familiar para a manufatura e daí para a grande indústria, separando o lar do trabalho, foi usada por reformadores médicos, legisladores e cientistas para levantar questões políticas e morais sobre a “mulher trabalhadora”. O que estava em jogo naquele momento era encontrar respostas para os questionamentos sobre o trabalho das mulheres fora de casa e o tipo de trabalho que seria mais adequado à elas, demarcando a diversidade entre os sexos no que diz respeito à formação, capacidade de trabalho, diferenças biológicas e funcionais. A resposta para essas questões construiu um discurso articulado com o novo modo de vida capitalista, fomentando a criação de uma força de trabalho feminina apta a exercer determinados tipos de ofícios.

Em relação aos baixos salários recebidos pelas mulheres, as interpretações históricas dominantes justificam o fato de os ganhos recebidos pelos homens serem calculados de modo a garantir a sua sobrevivência e a reprodução da família. Os salários das mulheres seriam definidos como ganhos suplementares ao salário do homem, suficientes para o seu próprio sustento e o da família. O trabalho doméstico não era levado em conta nas discussões a respeito da reprodução das futuras gerações, conseqüentemente era difícil para elas conseguir ganhar a vida sozinhas ou produzir algum valor econômico expressivo. Contavam também para diminuir os salários das mulheres os argumentos de que elas eram menos produtivas do que os homens, pois não trabalhavam tão arduamente quanto eles e, afora, o que produziam importava um menor valor econômico.

Outro elemento que explica a divisão sexual do trabalho é a prática dos empregadores de contratar mão de obra usando o critério de gênero, além dos critérios raciais e étnicos, com indicação das características que eram desejadas para determinados tipos de trabalho. Quando as tarefas exigiam delicadeza, paciência e perseverança consideravam-nas como próprias às mulheres pelo tipo de atributos, “essencialmente femininos”; quando necessitavam força muscular, velocidade e habilidade consideravam-nas masculinas; “(...) uma grande divisão material e simbólica do mundo: o duro para os homens; o mole para as mulheres.” (Perrot, 2008, p. 119).

Atualmente, apesar do fato das mulheres estarem presentes em diversos setores do mercado de trabalho, está longe, no entanto, para ficarem em condição de igualdade na hierarquia das responsabilidades e dos poderes (idem, 2008). Por exemplo, pesquisa desenvolvida na América Latina (Abramo, 2007) ainda comprova a condição da mão de obra feminina como “força de trabalho secundária”.

O feitiço de queijos em unidades de produção ilustra de modo característico a divisão sexual do trabalho. Quando a atividade é desenvolvida em espaços onde é possível observar a imbricação entre as funções familiares e o trabalho produtivo, como acontece nas unidades de produção tradicional rural, é visível a presença das mulheres e essencial o seu trabalho econômico. Entretanto, quando a atividade acontece nas indústrias (unidade de produção moderna) o processo de produção é masculinizado.

Os produtos lácteos, principalmente o queijo e o requeijão, ao longo da história fizeram parte do dia-a-dia de homens e mulheres que viveram no campo, como alimento ou como mercadoria para troca produzida artesanalmente. Encontramos essas mesmas mercadorias sendo produzidas em outras condições de trabalho em indústrias, levando-nos a inferir que neste caso não importa qual a atividade prática é desenvolvida, queijos ou qualquer outra coisa, os produtos perdem o sentido no seu valor de uso, por já terem se transformado, pelas mãos dos trabalhadores em valor de troca, em apenas uma propriedade: de serem produtos do trabalho, “uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado”. (Marx, 1985, p.47).

A abordagem do presente artigo sobre a formação e o trabalho das mulheres em unidades de produção tradicional rural e moderna³ apoia-se em algumas análises de casos sobre a fabricação de queijos na Mesorregião Centro-Sul Baiano do Brasil⁴. Observações preliminares em pequenas fábricas de queijo e indústrias nos chamaram a atenção para a quase exclusão feminina no processo de produção desta última (indústria), ao contrário, nas primeiras (pequenas fábricas), é visível, “na-

³ As unidades de produção tradicional rural são pequenos agrupamentos familiares (marido, mulher e filhos, ou mulher, filhos e parentes) que produzem bens de subsistência e comercializam o excedente, também chamadas de unidades domésticas. As unidades modernas são indústrias pequenas, médias ou grandes, que mesclam atividades manuais e mecanizadas e contratam mão de obra assalariada.

⁴ Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que une diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, criada pelo IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística) para fins estatísticos. Centro-Sul Baiano é uma das sete mesorregiões do estado brasileiro da Bahia, formada pela união de 118 municípios agrupados em oito microrregiões. A pesquisa em questão refere-se às microrregiões de Vitória da Conquista (composta por 17 municípios) e Itapetinga (composta por 4 municípios). Vale ressaltar que para a realização deste estudo, utilizamos informações e análises da pesquisa de campo que começamos em 2006 e concluímos em 2008. (Alves, 2009). Naquela oportunidade visitamos feiras livres de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga e quatro unidades de produção rural, sendo uma em Vitória da Conquista, uma em Itarantim e duas em Iguapé. Do lado das indústrias, visitamos onze unidades. Em 2009 e 2010 retornamos ao campo empírico. Em relação às unidades de produção rural realizamos observações em uma unidade familiar situada em um lote do assentamento do MST, na zona rural do município de Vitória da Conquista, BA, onde entrevistamos o marido e a mulher. Na cidade de Vitória da Conquista, entrevistamos duas mulheres, uma que fabrica queijos em unidades de produção rural no município de Macarani e outra, na região de Barra do Choça. Em relação às indústrias realizamos observações e entrevistas em uma unidade na região de Itambé, duas na região de Itapetinga e outra na região de Itarantim. Realizamos pesquisa do tipo exploratória, com uso de técnicas de observação e entrevistas. Do ponto de vista econômico e social, segundo o IBGE (2003), a maioria dos municípios integrantes às microrregiões possuem o coeficiente de incidência de pobreza acima de 50%, índice superior à média nacional do Brasil que é de 32,6%. Isso significa que um número significativo de pessoas vivem abaixo da capacidade de consumo de bens mínimos necessários para a sobrevivência.

tural”, a participação delas, levando-nos a refletir a respeito da formação das mulheres no trabalho, por meio da divisão sexual do trabalho.

FORMAÇÃO E TRABALHO DAS MULHERES NA UNIDADE TRADICIONAL RURAL (DOMÉSTICA)

No Brasil colônia, século XVI a XVIII, no interior das unidades rurais, incentivou-se, por muito tempo, a produção doméstica de itens básicos, como alimentos, roupas e utensílios domésticos para atender às necessidades de sobrevivência e à falta desses produtos. A alimentação, por exemplo, é um ingrediente fundamental para a vida das pessoas. Os índios escravizados foram os primeiros mestres dos colonos, ao ensinar como lidar com a natureza e a transformar os recursos naturais em objetos e em alimentos; esses saberes foram assimilados e adaptados aos costumes de homens e mulheres. Logo depois, a mão de obra nativa foi substituída por escravos africanos, que se constituíram em principal força de trabalho da vida econômica e social. As escravas na cozinha das fazendas eram responsáveis pela fabricação de variados tipos de alimentos, como os doces e as conservas.

A indústria caseira ocupava todos os moradores da casa, homens e mulheres, no preparo de uma série de mantimentos que seria usada na alimentação diária, a exemplo dos cuidados com a plantação da mandioca, que era uma ocupação feminina. O recinto da cozinha e os cômodos próximos armazenavam os grãos e outros produtos que diariamente seriam beneficiados. No espaço onde se plantavam gêneros alimentícios, fabricavam-se produtos para abastecimento da casa e trocava-se o excedente por outros bens, consistia num ambiente de aprendizagem e formação para o trabalho, em que eram usadas técnicas de plantio e produção e de aperfeiçoamento dos alimentos para o consumo, era também um ambiente de dominação e exploração do homem pelo próprio homem e da mulher pelo homem.

O aprendizado do feitiço de alimentos acontecia nas cozinhas das casas. Os conhecidos trabalhos das quitandeiras, na Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, especialmente mulheres negras (escravas de ganho) cozinheiras que vendiam produtos em tabuleiros, como bolos, doces, leite, relatados por historiadores (Figueiredo, 1997), nos dão um exemplo dos primórdios dessa indústria caseira.

A cozinha sempre foi um lugar reservado ao sexo feminino, embora os homens ajudassem no preparo de alguns alimentos quando a unidade de produção associava domicílio e trabalho, produção e consumo no mesmo espaço. Atividades como amassar pães, fazer pamonhas, beijus, doces, queijo, requeijão eram trabalhos que ocupavam as mulheres na cozinha e envolviam as meninas. A cozinha, compreendida como um espaço privado, hierarquizado, ligado à casa e à reprodução, é historicamente reafirmada como um dos espaços de formação das mulheres, o lócus da realização das potencialidades femininas.

Os rituais de preparação dos alimentos e das refeições sempre foram momentos importantes nas sociedades tradicionais, quando se manifestava o papel educativo dos pais, principalmente das mães, ao ensinarem as artes culinárias para as suas filhas. Hufton (1991) lembra os quadros de

pinturas holandesas em que crianças observam as mães cortarem cebolas, descascarem cenouras e maçãs, esfregarem recipientes de leite, virarem o queijo ou fazerem panquecas e amassarem o pão.

A tradição era educar as meninas para ajudar nos serviços domésticos, prepará-las para o casamento, com poucas preocupações em ensinar a leitura. Saviani (2007, p. 441) observa (citando Maria Luisa Marcílio), ao estudar as ideias pedagógicas no Brasil, que, quando se deu a expulsão dos jesuítas, em 1759, estatísticas mostraram que as mulheres (50% da população) eram excluídas das instituições escolares jesuíticas.

Em casas de pequenas, médias ou grandes propriedades, uma das principais preocupações quanto à educação das mulheres, tanto de famílias mais abastadas como de classes populares, era ensinar-lhes a cozinhar e a realizar outros afazeres domésticos,

O viajante e comerciante inglês John Mawe (1978), no século XIX, interessado particularmente em minerais e pedras preciosas, visitou várias regiões do interior do Brasil, entre 1807 e 1811, e descreveu a sua passagem pelas residências dos brasileiros onde se hospedou e conviveu. Ele sempre esteve atento à aparência das casas, à higiene, aos costumes alimentares, à educação, ao trabalho, à produção de queijos, em meio a outros aspectos. Especialmente sobre a região de Minas Gerais, o autor faz comentários em que relaciona a mulher ao leite e à fabricação de queijo. Nos contatos com as famílias nas fazendas, ele se dispôs a ensinar os moradores a fabricar queijos à moda inglesa. Segundo as suas descrições, as atividades lácteas tinham as mulheres como as suas principais protagonistas.

Apesar do olhar estrangeiro de Mawe ser marcado por outros valores e o fato de não sabermos se realmente o relato corresponde à realidade, trata-se de um rico depoimento a respeito da relação social entre os sexos e do trabalho das mulheres na fabricação de laticínios. Os seus relatos sobre o fabrico do queijo mostram o envolvimento do espaço e dos utensílios da cozinha, a presença da mulher do fazendeiro, o auxílio das filhas ou o trabalho desenvolvido por uma viúva, demonstrando a grande participação e interesse do sexo feminino no fabrico artesanal de queijo.

A pesquisa desenvolvida por Souza (1996) a respeito da alimentação no Planalto de Conquista, Mesorregião Centro-Sul Baiano, entre as décadas de 1930 a 1950, mostra que a tradição econômica da região era a criação de gado nas fazendas, cujo leite era transformado em parte, artesanalmente, em manteiga, requeijão, queijo e doces, destinados ao consumo dos moradores, e à manutenção da propriedade pela venda do excedente. As mulheres das classes populares nas fazendas assumiam a responsabilidade de procriar, amamentar e “ajudar” os homens nos vários tipos de trabalho produtivos, sem nenhuma remuneração. Suas atividades, que eram denominadas “trabalhinho”, começavam ao amanhecer, não tinham horário de término e nelas sempre havia a preocupação em alimentar a família. A autora faz referência a uma série de atividades que eram desenvolvidas pelas mulheres nas unidades de produção rural e que eram consideradas “trabalhinhos”.

O homem cultivava o feijão, o milho, o arroz, a mandioca e outros gêneros, mas era a mulher que, participava dessa produção, providenciava os alimentos. Onde havia produção de leite, a mulher fazia o queijo, o requeijão, a manteiga e o doce. Os porcos eram criados teoricamente sob a responsabilidade do homem, mas era à mulher que cabia o serviço de rotina. O café era sempre cuidado por ela desde a apanha, secagem, até a transformação em bebida. A horticultura e a criação de

aves geralmente eram instaladas perto da casa para aproveitar a mão-de-obra feminina e infantil. (SOUZA, 1996, p. 39)

Pesquisas sobre a relação gênero e agricultura no tempo presente ainda confirmam a posição de subordinação da mulher na divisão sexual do trabalho e a denominação “ajuda” para as atividades exercidas por elas, ainda que executem funções semelhantes às dos homens. (Brumer, 2004). Entretanto, como podemos constatar nas descrições acima e em unidades de produção rural por nós observadas, também cabe às mulheres o envolvimento com a produção do queijo. A formação começa com o aprendizado dos conhecimentos de produção de leite e preparo do queijo artesanal, que são passados de mãe para filhas ou de mulheres e homens para cozinheiras, auxiliares, empregados, amigos, segundo uma determinada experiência e realidade prática.

Na nossa pesquisa em uma fazenda próxima à cidade de Iguai, BA⁵, observamos a seguinte realidade: o leite produzido, complementado com a compra do leite dos vizinhos, é transformado em requeijão artesanal, reconhecido como um dos melhores da região. A produção do requeijão é feita manualmente por dois trabalhadores, orientados pela mulher do proprietário. A fábrica funciona ao lado da sede, onde os proprietários residem, representando uma extensão das atividades da cozinha, como lembram Wilkinson e Mior (1999), quando descrevem a produção artesanal de queijos em Santa Catarina, mostrando que é difícil diferenciar os espaços no âmbito de uma propriedade individual, que aproveitam, ao mesmo tempo, a disponibilidade da mão de obra feminina e a força de trabalho dos empregados. Realidade semelhante à descrita por Mawe (1978) no seu relatório a respeito do Brasil colônia.

Outra situação, observada no município de Barra de Choça⁶, é o caso de uma mulher que atua como queijeira e proprietária da fábrica de queijos ao lado do marido em uma unidade rural. Trata-se de uma senhora que mora com o marido e um filho menor em uma fazenda de café de propriedade da família do marido. Ela faz o serviço da casa, cuida do filho e ajuda a cuidar dos porcos; nunca trabalhou em serviço na roça, sempre morou na cidade. Ele dirige o trator, tira o leite e cuida da roça⁷. Começaram recentemente a confeccionar queijos. Aprenderam o ofício por ensaio e erro e algumas orientações de uma engenheira de alimentos, irmã do marido. No futuro, pretendem expandir o negócio; atualmente a fábrica fica na cozinha da casa. Produzem aproximadamente 20 queijos por dia e vendem para pessoas conhecidas.

Eis o exemplo de uma produção doméstica que prolonga o dia a dia do trabalho produtivo até as atividades de reprodução da vida. As tarefas são realizadas em concomitância com as coisas do lar, como nos explica Thompson (1998, p. 271), “não há grande senso de conflito entre o trabalho e ‘passar o dia’”. Apesar da integração entre marido e mulher na realização das tarefas, existe uma divisão sexual do trabalho entre o espaço de trabalho do homem e o espaço de trabalho da mulher, sendo este último sempre próximo da casa e da cozinha.

⁵ Pesquisa realizada em 2006.

⁶ Entrevista realizada em abril de 2010. Conversamos com a entrevistada na casa da sua sogra. Ela não se sentia à vontade no momento para receber visitas na fazenda.

⁷ Eles eventualmente contratam algum trabalhador diarista quando o serviço aperta.

Para continuarmos ilustrando a presença de mulheres no fabrico de queijo, em unidades de produção que dividem o mesmo espaço com a vida familiar, vamos citar o caso de uma pequena fábrica, situada na Vila das Graças, distrito de Macarani, BA, distante 22 km da sede do município⁸.

A fábrica é dirigida por uma mulher⁹ que sempre morou na roça. Ela fabrica o queijo com ajuda de um trabalhador, enquanto o marido, que mora em Vitória da Conquista, BA, é encarregado da venda do produto para clientes nessa cidade. Todas as semanas ela leva o queijo, de ônibus, para ser vendido pelo marido.

O leite é coletado em baldes nas fazendas da região, por meninos¹⁰, filhos da vizinhança, montados em burros. Segundo a queijeira, ela compra aproximadamente 1000 litros de leite nas fazendas da região, parte do produto vende para os laticínios próximos e, com o restante (350 litros), faz queijos. Ela toma conta do negócio e dos burros. Tem um caminhão e um motorista que leva o leite para o laticínio.

Sempre morei na roça. Já trabalhei na enxada, plantei feijão, milho, mandioca. Eu só não aprendi a ferrar animal, mas aprendi até botar cangalha em animal.

O queijo é feito na cozinha de casa, separei um espaço pra isso. A casa ficou apertada para dar espaço para o queijo. A minha filha de 12 anos toma conta da casa e faz o almoço. Na parte da tarde, ela vai para a escola. Passo o dia todo no espaço da fábrica, lavando as vasilhas, lavando tudo e orientando o rapaz. Aprendi a fazer o queijo com pessoas conhecidas e observando o trabalho dos laticínios que o lucro é maior do que vender somente o leite. Meu marido nunca colocou a mão na massa, ele trabalha no comércio do queijo.

As mulheres que foram criadas no campo e precisam trabalhar desde cedo aprendem a lidar com as plantações e os animais e adquirem conhecimentos sobre os serviços da casa e sobre crianças. São educadas desde cedo para se tornarem mães e donas de casa, o que contribui para moldar a construção social de gênero e delegar às mulheres o espaço doméstico. O aprendizado junto ao rebanho e à ordenha das vacas lhes aproxima do leite. A cozinha é o lugar do resgate do saber-fazer do alimento e garante, com o incremento do leite transformado em queijo, uma forma de renda para a família. O trabalho no fabrico do queijo artesanal utiliza várias habilidades que são adquiridas pelas mulheres nos serviços domésticos, como lavar, limpar e cozinhar. Apesar de, no último exemplo, a mulher ser responsável pelo gerenciamento da fábrica, demonstrando certa autonomia no andamento do negócio, é o homem que está no espaço público, voltado para o mercado. Isso mostra a divisão sexual do trabalho e reflete a ideia de que o espaço privado é o lugar da mulher.

Nas unidades de produção tradicional, a representação da imagem feminina como queijeira ou ajudante é reconhecida como natural. Uma das razões (talvez a principal) desta afirmativa está na “medição do tempo de trabalho amplamente relacionado com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas.” (THOMPSON, 1998, p. 269). Há um intercâmbio entre as dimensões produção e reprodução.

⁸ Não foi possível visitar a fábrica de queijo. A proprietária colocou algumas dificuldades, como problemas relacionados com a estrada e distância. Realizamos a entrevista no dia em que ela traz os queijos para serem vendidos em Vitória da Conquista, BA.

⁹ Entrevista realizada em abril de 2010.

¹⁰ Ela informou que paga um “dinheirinho” para os meninos.

FORMAÇÃO E TRABALHO DAS MULHERES NA UNIDADE MODERNA (INDÚSTRIA)

Quando dirigimos o nosso olhar para as unidades modernas, observamos que a inserção das mulheres é restrita. As suas habilidades “naturais” são pouco valorizadas em relação aos homens.

Nas unidades de produção moderna (indústrias), há uma marginalização da mulher das funções produtivas, levando-as a aceitar posições subalternas e precárias, além da desvalorização da sua condição de reprodutora. O argumento é que o serviço é “pesado”, principal justificativa para a masculinização das tarefas dos processos de produção e, conseqüentemente, exclusão das mulheres trabalhadoras.

Nas indústrias de laticínios (unidades modernas de produção) que fizeram parte da nossa pesquisa, as principais funções do processo de produção de queijo são reservadas ao gênero masculino. O predomínio do componente físico na execução do trabalho árduo produtivo parece à primeira vista ser a principal razão do espaço ser reservado aos homens. Nas economias industrializadas, as ocupações diretamente ligadas a trabalhos braçais ou mesmo mais mecanizadas têm mostrado tradicionalmente uma maior representatividade de funções exercidas por homens, nas áreas de linha de produção. Essa é a prática e os valores formulados socialmente, é tradição do setor leiteiro na Bahia.

As interpretações históricas a respeito da discriminação do “sexo do trabalho” mostra que a divisão sexual do trabalho nas indústrias em geral é construída em torno de argumentos que originam lugares e funções diferentes, hierarquização de qualificação e da carreira entre homens e mulheres, designando-as como força de trabalho secundária. Na divisão sexual do trabalho que acontece dentro da fábrica, de modo geral as funções de concepção e chefia são ocupadas por homens, enquanto aquelas atividades que não exigem alta qualificação, são mais elementares destinam-se às mulheres trabalhadoras. A conservação e reprodução dessas desigualdades são marcadas por fatores originados da divisão sexual do trabalho e das relações entre os sexos, que designam prioritariamente à mulher a função básica e primordial de cuidar da vida privada e da esfera doméstica, acompanhada de sua exclusão do campo sociopolítico e, ao mesmo tempo, atribui ao universo doméstico um valor social inferior ao mundo “público”. Essa repartição significa para as mulheres uma barreira de tempo e de recursos para investir na própria formação e no trabalho remunerado, desvalorizando o papel (econômico e social) do trabalho feminino e da sua participação na sociedade. (Abramo, 2007).

A literatura aponta que o avanço tecnológico aboliu a diferença muscular que distingue o homem da mulher. Vale ressaltar que uma parte do processo de produção do queijo é desenvolvida com o auxílio de máquinas, como equipamentos para preparar e cortar a massa, embalar, mas ainda persiste o trabalho manual nas etapas de transportar a massa de uma máquina para outra, colocar nas formas, virar o queijo, transportar os produtos para a câmara fria, tirar o queijo das formas, transportar para a seção de embalagem, além do trabalho constante de higienização do ambiente para cumprir normas da vigilância sanitária. É bom lembrar também que nas indústrias de laticínios de modo geral onde os processos são mais mecanizados, sobretudo no processo de pasteurização de produção do leite em pó, leite condensado, creme de leite, o grosso do trabalho humano é desenvolvido pelas máquinas. Os trabalhadores têm participação limitada na preparação das máquinas, a tarefa é apenas de alimentação do processo no início da linha e vigilância. A maioria dessas tarefas poderia ser realizada por mulheres.

Há indústrias de laticínios com um número bastante reduzido de mulheres¹¹ em seu quadro funcional, até mesmo nas empresas mais mecanizadas; em algumas unidades visitadas na nossa pesquisa, não avistamos nenhuma trabalhadora na planta da fábrica¹². Outras indústrias, a utilização da mão de obra das mulheres ocorre nas atividades mais precárias¹³, a exemplo de faxineira e embaladeira.

A força física é um dos critérios que explicam, segundo o senso comum, os diferentes papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade e organizam a divisão sexual do trabalho. A reconstituição de conteúdos do trabalho, contendo o discurso de adequação natural de “masculino” e “feminino” a partir do sexo biológico, produz a ideia de “trabalho leve” igual a trabalho de mulher, e “trabalho pesado” igual a trabalho de homem. (Paulilo, 1987)

A divisão de atividades nos espaços de trabalhos é reconstruída, como também a concepção de trabalho, portanto, as qualidades pesado ou leve são representações¹⁴, uma vez que, quando se verificam mudanças no desenvolvimento das atividades entre homens e mulheres, conforme podemos observar ao longo da história das mulheres, o mesmo “trabalho pesado”, que antes era desempenhado pelos homens, passou a ser considerado “trabalho leve” quando passou a ser assumido pelas mulheres.

Nas pequenas e médias indústrias de laticínios que tivemos oportunidade de observar, por exemplo, a tradição do ofício de mestre queijeiro é reservada aos homens. É regra no setor leiteiro na Bahia, segundo um gerente de produção de um grande laticínio, não admitir mulheres e, quando as admite, de modo geral, elas estão nas atividades de escritório, na área de laboratório ou nas atividades mais repetitivas e subalternas.

Quando questionamos ao proprietário de um laticínio em Maiquinique, BA, sobre o baixo número de mulheres nos laticínios, ele respondeu que a “mulher é frágil”. Os trabalhadores por sua vez consideram que a atividade de fabricação de queijo, “(...) não é apropriada para mulher, a tarefa de cortar a massa é um serviço pesado”.

Um trabalhador, encarregado do preparo do Iogurte e da manteiga, explica que já trabalhou com mulheres, mas é uma atividade difícil pra elas: “ (...) nós pegamos caixas pesadas de Iogurte e de manteiga para pôr na câmara fria”.

Na opinião do gerente de produção com oito anos na empresa,

¹¹ Pesquisas desenvolvidas por Robertt (2006) no Uruguai e Observatório Social (2001) mostram a desvalorização do trabalho da mulher nas indústrias de laticínios.

¹² Os exemplos são um laticínio na região de Itambé, BA outro na região de Itapetinga, BA e um na região de Viória da Conquista, BA, que emprega uma mulher como auxiliar de escritório.

¹³ O exemplo é a pesquisa desenvolvida por Hirata (2002) em indústrias de laticínios na França e no Japão, como também a pesquisa desenvolvida por Lovesio (2004) em indústrias do MERCOSUL (Rio Grande do Sul e Uruguai)..

¹⁴ Pesquisa desenvolvida por Maia (2004) no Vale do Jequitinhonha (MG) explica as representações de gênero em trabalhos rurais.

o serviço das mulheres é lavar as formas ou empacotar o queijo. Trabalhar no preparo do Iogurte não pode porque tem que pegar o açúcar, no preparo do queijo também não dá: a mulher usa um terceiro, mulher pede sempre alguém para ajudar, mesmo no setor de embalagem o serviço da mulher não rende, já coloquei várias e não dá.

Os argumentos do gerente estão em consonância com os princípios básicos, usados desde o século XIX, que legitimam a divisão sexual do trabalho, uma vez que consideram as mulheres menos produtivas do que os homens “pois não trabalham tão arduamente quanto eles.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos de unidades tradicionais ilustram várias situações (particulares) de mulheres comprometidas com a produção de queijo, desmistificando a ideia de fragilidade traduzida pela condição feminina biologicamente diferente e naturalizada por forças de ordem econômica, social, política, cultural e ideológica. A desnaturalização dos papéis sexuais correspondentes a cada sexo mostra que as relações de gênero são construídas historicamente e modificadas nas diferentes sociedades, no tempo e no espaço, dependendo dos lugares onde homens e mulheres convivem.

Um dado importante a ser ressaltado nas unidades de produção tradicional, de acordo com as análises realizadas, é o envolvimento, de fato, de homens e mulheres, numa economia de subsistência, no desenvolvimento de diferentes tarefas. Entretanto, boa parte do trabalho efetivado é invisível, não aparece nas estatísticas oficiais. O fabrico do queijo, por exemplo, faz parte de uma economia subterrânea, por conta do embate entre a forma como é produzido e o aparato legal que regula a produção, como as políticas de controle sanitário dos governos federal e estadual, que exigem maquinarias novas. Essas políticas de controle de qualidade expulsam do mercado as pequenas empresas e, ao mesmo tempo, oferecem incentivos fiscais para que as grandes possam se expandir. O avanço das grandes empresas e do capitalismo na produção de leite e de queijo busca a especialização e a concentração da indústria privadamente, apropriando os meios de produção e expulsando os trabalhadores do campo.

A formação das mulheres na unidade tradicional tem relação estreita com o trabalho doméstico na cozinha. Está imbricada com os afazeres da cozinha, o preparo dos alimentos, do queijo e o cuidado com as coisas próximas da casa: a horta, as galinhas, o frango. É essencial o seu trabalho econômico na lavoura ou na pequena indústria doméstica, apoiada pelo conjunto da família. Nesse espaço, as mulheres sempre desempenham um papel fundamental na produção e reprodução dirigidas para a subsistência da família, embora persista a invisibilidade do seu trabalho. São lugares onde elas realizam atividades agrícolas, tratam dos animais, ordenham as vacas, fabricam e vendem queijos, manteiga e requeijão; cuidam da casa e dos filhos; trabalham tanto quanto os homens ou realizam as mesmas atividades que estes.

Nas indústrias (unidade moderna), a quase exclusão da participação das mulheres é prove-niente de uma série de razões. Remonta a um significado histórico-cultural, decorrente da relação social entre os sexos, como apontam Hirata e Kergoat (2007), que tem como característica o destino prioritário dos homens à esfera produtiva e o das mulheres à função básica e primordial de cuidar

da vida privada e da esfera doméstica (esfera reprodutiva), espaço desvalorizado socialmente e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. A formação da mulher é dirigida para as funções de apoio no processo de produção. Embora no geral as mulheres apresentem um nível de escolaridade maior do que o dos homens, no exercício de atividade remunerado tem a sua força de trabalho pouco valorizada na sociedade. E o peso dessa “imagem de gênero” (Abramo, 2007; Marques, 2010), na sedimentação do senso comum e reprodução das desigualdades entre homens e mulheres, condiciona as práticas dicotomizadoras que atribuem lugares e funções diferentes e hierarquizados entre os sexos.

Já é por demais conhecida a ideia de que não há um único modelo de família, a exemplo do crescimento de famílias chefiadas por mulheres (30,6% em 2005, segundo o IBGE), tendo em vista a efetiva participação delas na produção econômica (IBGE, 2006) e essas constatações abalarem o conceito de masculino provedor, mesmo assim ainda é forte entre as instituições a imagem secundária da mulher no mundo do trabalho: a pessoa mulher só é considerada necessária por falta de alternativas, dentre as quais o desemprego do homem, morte ou doença deste.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (1962). *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou.
- Abramo, L. (2007). Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: Hirata, H.; Segnini, L. (Orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac.
- Alves, A.E.S. (2009). Agroindústria Leite-laticínio, Trabalho e Qualificação: anotações introdutórias. In: Alves, A. E.; Lima, G. O. P.; Cavalcanti Júnior, M. N. (Orgs.) *Interfaces entre História, Trabalho e Educação*. Campinas, São Paulo: Alínea. p. 243-295.
- Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 205-227, janeiro-abril. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>. [Consulta: 9/09/20010].
- Figueiredo, L. (1997). Mulheres nas Minas Gerais. In: Del Priori, Mary (Org.). *Histórias das mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 141-188.
- Heydorn, H.-J. (1968). Elementos de uma teoria da educação. Tempo Brasileiro. *Revista de Cultura*, n. 17/18.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Hirata, H.; Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. v.37, n.132, p.595-609, set/dez.
- Hirata, H et al. (orgs.). *Dicionário crítico feminino*. São Paulo: Editora Unesp, p. 67-76.
- Hufton, O. (1991). Mulheres, trabalho e família. In: Duby, Georges; Perrot, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente: Do renascimento à Idade Moderna*. Tradução de Alda Maria Durães et al. Porto, PT: Edições Afrontamento.
- Ibge. Cidades. (2003). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

- IBGE. (2006). Síntese de Indicadores Sociais. *Comunicação Social*, 20 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=774. [Consulta: 16/08/2010].
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, H et al. (orgs.). *Dicionário crítico feminino*. São Paulo: Editora Unesp, p. 67-76.
- Lovesio, B. (2004). Persistencia en el cambio: relaciones de género y trabajo en el MERCOSUR. *Revista Ciencias Sociais*, Unisinos, Brasil, v. 40, n. 165, p. 47-78.
- Maia, C. J. (2004). Reprodução social camponesa. Rio Grande do Sul. *Revista Mulher e Trabalho*. v.4, 2004. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2004/artigo6.pdf>. [Consulta: 01/09/2010].
- Manacorda, M. A. (2007). *Marx e a pedagogia moderna*. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Marques, A. P. (2010). Desigualdades de gênero no mercado de trabalho: “Retratos” contemporâneos de persistência de dominação masculina. In: Philipp, R. R. (Org). *Investigaciones actuales de las mujeres y del género*. Santiago de Compostela: Universidade Santiago Compostela, p.109-127.
- Marx, K. (1985). O Capital - Crítica da Economia Política. In: Coleção “Os economistas”, v. 1. 2 ed. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.
- Mawe, J. (1978). *Viagens ao interior do Brasil*. Tradução de Selena Benevides Viana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Paulilo, M. I. S. (1987). O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, SC, v. 5, n. 28, jan/fev., p. 64-70.
- Perrot, M. (2008). *Minha História das Mulheres*. SP: Contexto. Tradução de Angela M. S. Corrêa.
- Robertt, P. (2006). *Reestruturação produtiva e social em uma empresa globalizada. O caso da Conaprole no Uruguai*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). UFRGS,.
- Saviani, D. (2007). Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. 2 n.º 34. São Paulo: ANPED. V., Jan/ Abr..
- Saviani, D. (2009). Conferência de abertura: “História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil”. In: *VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas do Histedbr*, jun/jul.
- Scott, J. W. (1991). A mulher trabalhadora. In: Duby, Georges; Perrot, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto, PT: Edições Afrontamento, p. 443-475. Tradução de Claudia Gonçalves e Egito Gonçalves
- Souza, A. B. de. (1996). *A alimentação no Planalto de Conquista: 1930-1950*. Vitória da Conquista, BA: UESB.
- Sullerot, E. (1970). *História e Sociologia da Mulher no Trabalho*. Tradução de Antonio Teles. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Thompson, E. P. (1998). Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução R. Eichenberg. S.P.: Cia das Lestras, p. 267-304.
- Wilkinson, J.; M., L.C. (1999). Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*. nº 13, p. 29-45.